



**PROJETO PEDAGÓGICO – TECNÓLOGO (ANEXO I)**  
– Modalidade a Distância - EAD

**1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO**

**1.1 SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**1.2 CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

	número		dia	mês	ano
Criado pela Portaria	530	de	18	11	2015
Reconhecido pelo(a) (Decreto ou Portaria MEC)		de			
Publicado no Diário Oficial da União		de			
Currículo em conformidade com a Resolução	043	de	17	11	2015
Currículo atual aprovado pela Portaria	530	de	18	11	2015

**1.3 CONVÊNIO/EDITAL:**

**Edital 075/2015 CAPES**

**1.4 TÍTULO (grau) DE: TECNÓLOGO EM**

**Gestão Pública modalidade a distância**

**CARGA HORÁRIA:**

	horas
Formação Básica Geral	1155
Formação Específica Profissional	465
Diversificação ou Aprofundamento	240
Trabalho de Conclusão de Curso	120

**1.5 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO:** \_\_\_\_\_ 1980 \_\_\_\_\_ horas

**1.6 DURAÇÃO:**

Mínima: \_\_\_\_\_ 24 meses \_\_\_\_\_

Máxima: \_\_\_\_\_ 36 meses \_\_\_\_\_



### 1.8 POLOS OFERTADOS

Cerro Azul; Colombo; Curitiba; Ipiranga; Palmeira; Paranaguá; Ponta Grossa; Pontal do Paraná; Rio Negro; São Mateus do Sul e Telêmaco Borba

### 1.9 REGIME – Quantidade de Semestres ( 4 )

### 1.10 NÚMERO DE VAGAS POR POLO – 11 pólos

(com possibilidades de remanejamento de vagas)

Cerro Azul	37
Colombo	37
Curitiba	100
Ipiranga	37
Palmeira	37
Paranaguá	37
Ponta Grossa	100
Pontal do Paraná	37
Rio Negro	37
Telêmaco Borba	37
São Mateus do Sul	37
<b>Total de Vagas</b>	<b>500</b>

### 1.11 CONDIÇÕES DE INGRESSO

<input checked="" type="checkbox"/>	Concurso vestibular
<input type="checkbox"/>	Demanda por convênio
<input type="checkbox"/>	Transferência
<input type="checkbox"/>	Outra (qual) -

### 1.12 PERCENTUAL CANDIDATO/VAGA NOS TRÊS ÚLTIMOS CONCURSOS VESTIBULARES

ANO	TURNO	CAMPUS	VAGAS	Nº DE INSCRIÇÕES	CANDIDATO/VAGA
-----	-------	--------	-------	------------------	----------------



2016	EaD	11	500	A ser realizado
------	-----	----	-----	-----------------

### 1.13 LEGISLAÇÃO BÁSICA

Lei de Diretrizes e Bases Da Educação Nacional nº 9.394/96;  
• DCN – Diretrizes curriculares Nacionais do Curso de Administração – Bacharelado (Res. CNE/CES nº 04 de 13.07.2005);  
• SINAES – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior  
• Resolução 01 de 02/02/2004 – Institui diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em administração.  
• Decreto nº 69697 de 03/12/1971 – decreto de reconhecimento do curso de Administração.  
• Lei 4769 de 09/09/65 – Constitui do CFA e regula o exercício da profissão do Administrador.

### 1.14 Resultados da Avaliação do Curso:

(Resultado da Avaliação do curso)

- De acordo com normas do NUTEAD/CPA

## 2 - PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO

### 2.1 - O CURSO, SUAS FINALIDADES e CAMPO DE ATUAÇÃO

#### 2.1.1 Concepção do curso:

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado no âmbito federal, estadual e municipal, trazendo demandas genéricas mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrucio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para avançar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

As diretrizes do Curso ora proposto deve oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer;
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na modalidade a distância se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos.



para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

Tendo em vista que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se colocam como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

1 – Historicidade é vista como característica das ciências. Através desse conceito espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num contínuum em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas.

2 – Construção é outro conceito que permeia todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

3 – Diversidade é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos político na ação administrativa.

Para tanto, o curso foi estruturado em dois módulos a serem desenvolvidos em quatro semestres letivos sendo que o primeiro faz concomitantemente a iniciação na metodologia de aprendizagem a distância e os estudos iniciais relacionados ao entendimento do que é e como funciona o Estado Brasileiro. O segundo módulo pretende aprofundar a temática de forma que articule e integre os diferentes instrumentos utilizados no sistema de gestão pública de modo a oferecer subsídios para que o servidor possa refletir, analisar e diagnosticar o processo de gestão pública e que tenha subsídios para elaborar o projeto de conclusão de curso.

### 2.1.2 Justificativa:

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, Estados-Membros e Municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRÚCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as "verdadeiras" funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios.

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRÚCIO; COUTO, 1996; ABRÚCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do status quo anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase da governança pública, como sugerem Kissler e Kaldemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Desta forma, a oferta do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública justifica-se dado a necessidade de aumentar a qualificação dos servidores públicos estaduais, o que permitirá mostrar a dimensão de interdisciplinaridade, ainda que dentro do campo de estudos da Gestão Pública de modo que haja uma maior aproximação da atividade profissional aos estudos acadêmicos, visando a futura atuação um melhor entendimento de gestão no contexto das organizações públicas no Estado do Paraná.

### 2.1.3 Objetivos:

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando o melhor entendimento das atividades gerenciais na organização pública. Especificamente, pretende:

- a) Capacitar o quadros de servidores para atuarem na administração de sistemas públicos;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal;
- d) Contribuir para que o servidor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, e partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas.



#### 2.1.4 Organização do curso – Metodologia Ead:

O conceito conquistado pela UEPG na educação a distância decorre do esforço de fomentar, no âmbito da modalidade, as melhores condições para que o aluno possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, num ritmo próprio e particular. Para atender a essa especificidade, a EaD se estrutura na instituição a partir de um paradigma de ensino/aprendizagem centrado no aluno e procura não incorrer nos erros metodológicos de modelos conservadores de ensino presencial. Ou seja, tem como propósito evitar passividade do aluno frente à aquisição do conhecimento.

Entretanto, em algumas etapas do processo há a solicitação da presença de alunos e professores nos pólos de apoio presencial. Nessas ocasiões ocorrem, nos municípios que sediam os pólos, atividades como seminários, oficinas, grupos de estudo, pesquisas em biblioteca, prova de defesa de TCC. Mesmo em se tratando de cursos a distância, o espaço presencial é importante. Trata-se de um momento que permite a comunicação "face a face" entre alunos, professores e tutores e o estabelecimento de importantes elos no processo educacional.

A metodologia dos cursos de EaD fundamenta-se nos conceitos de interatividade, interdisciplinaridade, cooperação e autonomia. A utilização de mídias diversas favorece a superação das dificuldades decorrentes da distância geográfica, permitindo comunicação síncrona e assíncrona entre alunos/as, professoras/es e tutores/es e a criação de importantes elos no processo educacional. Esta metodologia responde às características da população atendida pelo curso, ou seja, professoras/es que estão atuando nas redes públicas de ensino – privilegiando problematização, reflexão, investigação, análises, sínteses e produções técnico-científicas.

O Projeto Pedagógico prevê momentos presenciais e a distância mediados por recursos tecnológicos, utilizados didaticamente, e estabelece uma dinâmica entre estudos individuais, recursos multimídias, trabalho com tutores/as e formadoras/as e produção científico-cultural. Os/as estudantes desenvolverão competências no sentido de utilizarem a tecnologia como ferramenta para o exercício das suas atividades de magistério, com vistas à formação e atuação profissional, ao processo de construção do conhecimento e à inclusão digital. No caso específico, a organização em módulos visa a construção de uma prática que integra os saberes e a interação com pesquisas e pesquisadoras/es, com materiais e linguagens diferentes para análise das questões abordadas.

A organização do processo de ensino e aprendizagem no curso deve oportunizar momentos de interação entre todos/as envolvidos no processo, em virtude disso a organização em forma de unidades de aprendizagem. Cada uma delas deve reunir um conjunto de temas e assuntos a serem abordados pelas/os professoras/es e tutores/es num intervalo de tempo variado, variando de acordo com a unidade e com as propostas de atividades. "A partir das Unidades de Aprendizagem, o tutor orienta o estudante na organização da sua agenda para o estudo desses conteúdos, na realização das atividades propostas e na motivação ou estímulo à interação no ambiente virtual de aprendizagem (Moodle). O objetivo é permitir que haja tempo suficiente para a interação, reflexão e (auto) avaliação no processo de ensino-aprendizagem da educação a distância".

A plataforma de aprendizagem on-line e o material escrito possibilitam aos alunos uma série de oportunidades de leitura, reflexão, elaboração de sínteses, levantamento e solução de problemas e auto-avaliação. Para tal fim, o estudante também pode contar com a mediação de tutores para orientar os estudos, sugerir fontes de informações, avaliar atividades, etc. Nessa metodologia, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver competências e habilidades voltadas para a interação, cooperação, crescimento em grupo, trocando experiências e desenvolvendo a autonomia perante o conhecimento.

A EAD deve fomentar as melhores condições possíveis para que o aluno possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, embora em um ritmo próprio e peculiar. Ela favorece a autonomia, incentivando o aluno a construir o seu próprio conhecimento, com espaços para mediação de tutoras/es e professoras/es, bem como para o uso dos materiais educacionais e das tecnologias.

Os materiais educacionais do curso devem ser aqueles comumente utilizados na modalidade EaD da UEPG, compostos por diferentes mídias e distribuídos por meio de diferentes tecnologias: virtual (ambiente virtual de aprendizagem), digital (CDs, DVDs), impressa (livros, guias), e web conferência. A metodologia deve estar em acordo com objetivos do curso buscando possibilitar informações e ações para a melhora do processo de ensino/aprendizagem em sala de aula a partir de reflexões sobre as relações étnico raciais e de gênero. Nos módulos apresentados:

#### 2.2 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES BÁSICAS EXIGIDAS PARA O PROFISSIONAL

- Reflexão e discussão sobre a diversidade e a complexidade do trabalho do servidor público.
- Compreensão de questões relacionadas ao funcionamento do poder público.
- Proporcionar a formação de profissionais tornando-o aptos a exercerem atividades específicas nos trabalhos ;
- Especializar, aperfeiçoar e atualizar o servidor público em seus conhecimentos tecnológicos;
- Qualificar, reprofissionalizar e atualizar os servidores públicos, visando melhor desempenho no exercício do trabalho



### 2.3 PERFIL PROFISSIONAL

Ser servidor público (do quadro funcional) do Estado do Paraná e que possuam no mínimo ensino médio completo.





## 2.4 PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR APROVADO PELA INSTITUIÇÃO NA MODALIDADE EAD

**Art. 63-A.** A avaliação do rendimento escolar do acadêmico dos cursos de educação a distância compreende:

- a) a apuração da frequência às atividades presenciais;
- b) a verificação da aprendizagem, que ocorrerá através de avaliação processual e de prova presencial.

§ 1º A aprovação em qualquer disciplina somente será concedida ao acadêmico que, cumpridas as demais exigências, apresentar frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às atividades presenciais, excetuando-se a prova presencial, na qual a frequência é obrigatória.

§ 2º Para fins de verificação da aprendizagem, as notas obtidas pelo acadêmico serão representadas numericamente, com valores que variam de zero (0,0) a dez (10,0).

§ 3º O processo avaliativo dos cursos na modalidade a distância compreende a avaliação processual e a prova presencial, que se realizarão na seguinte forma:

- a) a avaliação processual de cada disciplina, cujo valor total é dez (10,0), numa escala de zero (0,0) a dez (10,0), será realizada por meio de seminário presencial, com valor total dois (2,0), e de atividades realizadas no ambiente virtual de aprendizagem, com valor total oito (8,0), por meio de instrumentos variados. Essa sistemática de avaliação deve estar prevista no sistema de avaliação da disciplina, proposto pelo professor e aprovado pelo Colegiado de Curso;
- b) ao final de cada disciplina será realizada uma prova presencial, de caráter obrigatório, cujo valor total é dez (10,0).

§ 4º O resultado do rendimento escolar da disciplina será obtido mediante a aplicação da média aritmética (MA), calculada a partir das notas obtidas na avaliação processual e na prova presencial. Ficará dispensado do exame final da disciplina o acadêmico que obtiver nota igual ou superior a sete (7,0), que será considerada a nota final de aprovação na disciplina.

§ 5º Deverá prestar exame final na disciplina, o acadêmico que obtiver nota entre dois e meio (2,5) e seis e nove (6,9), obtida pela média aritmética simples das duas verificações.

§ 6º Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito à reprovação.

**Art. 63-B.** O rendimento escolar do aluno será expresso numa escala de notas de zero (0,0) a dez (10,0), com uma casa decimal, sendo que seu registro será feito ao final de cada semestre:

§ 1º O resultado final do processo de verificação da aprendizagem, será obtido na forma seguinte:

I - Média aritmética simples da avaliação processual e prova presencial:

$$NF = AP + PP$$

2

- a) Nota final igual ou superior a sete (7,0) = APROVAÇÃO DIRETA;
- b) Nota final inferior a dois e meio (2,5) = REPROVAÇÃO DIRETA;
- c) Nota final de dois e meio (2,5) a seis e nove (6,9) = submissão a EXAME FINAL;

II - Média aritmética simples da avaliação processual, da prova presencial e da nota de exame final:

$$NF = AP + PP + NEF$$

3

- a) Nota final de cinco (5,0) a sete e nove (7,9) = APROVADO;
- b) Nota final de um e seis (1,6) a quatro e nove (4,9) = REPROVADO.

onde:

NF = nota final AP = avaliação processual PP = prova presencial NEF = nota do exame final.

**Art. 63-C.** O sistema de avaliação do rendimento escolar compreende a promoção por semestre e a aprovação por disciplina.

§ 1º Será promovido ao semestre seguinte o acadêmico que lograr aprovação em todas as disciplinas do semestre em que se encontra matriculado, admitindo-se ainda, a promoção com dependência em até duas disciplinas.

§ 2º Será aprovado na disciplina o acadêmico que obtiver média igual ou superior a sete ou nota igual ou superior a cinco (5,0), após a realização do exame final.

**Art. 63-D.** Em caso de rendimento escolar insatisfatório o acadêmico estará sujeito a reprovação.

§ 1º Será considerado reprovado e impedido de promoção ao semestre seguinte o acadêmico que repro-



var em mais de duas disciplinas do semestre em que se encontra matriculado.

§ 2º Será considerado reprovado na disciplina o acadêmico que se enquadrar em uma das seguintes condições:

- a) obtiver média inferior a dois e meio (2,5);
  - b) obtiver nota final inferior a cinco (5,0) após a realização do Exame final;
  - c) não obtiver o mínimo de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência nas atividades presenciais;
- não comparecer à prova presencial.





### 3 - COMPONENTES CURRICULARES

#### 3.1 DISCIPLINAS INTEGRANTES DO CURRÍCULO PLENO

(Apresentar na forma de núcleos temáticos, eixos curriculares, áreas de conhecimento, e ou a critério das DCNs. Para as licenciaturas não esquecer de disciplinas/conteúdos que contemplem o ensino na educação básica e os aspectos constantes na Resol. XX).

##### 3.1.1 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO BÁSICA GERAL

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS - EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPART.	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
01	Formação Básica		1º.	Informática aplicada ao setor público	45
02	Formação Básica	Nutead	1º.	Introdução à educação a Ead	45
03	Formação Básica	Eco	1º.	Políticas Públicas e Sociedade	60
04	Formação Básica	ADM	1º.	Métodos e Técnicas de Pesquisa	60
05	Formação Básica	DIR	1º.	Direito Constitucional	45
06	Formação Básica	DIR	1º.	Direito Administrativo	45
07	Formação Básica	DIR	1º.	Ética na Gestão Pública	60
08	Formação Básica	ADM	2º.	Modelo Brasileiro de Planejamento, Orçamento e Gestão	30
09	Formação Básica	ECO	2º.	Economia Brasileira	60
10	Formação Básica	ECO	2º.	Economia e Sociedade do Conhecimento	60
11	Formação Básica	ECO	2º.	Ciência Política	60
12	Formação Básica	ADM	2º.	Controle nas Organizações	30
13	Formação Básica	ADM	2º.	Novas Tendências de Gestão	45
14	Formação Básica	ADM	3º.	Marketing Governamental	30
15	Formação Básica	ADM	3º.	Logística Aplicada ao setor Público	60
16	Formação Básica	ADM	3º.	Planejamento Urbano e Plano Diretor	60



17	Formação Básica	DIR	3º.	Legislação Trabalhista para Agentes Públicos	60
18	Formação Básica	ADM	3º.	Proposta de Projetos para Gestão Pública	60
19	Formação Básica	ECO	4º.	Política Econômica e Contemporânea	60
20	Formação Básica	ADM	4º.	Licitação	60
21	Formação Básica	CONT	4º.	Auditoria e Controladoria no Setor Público	60
22	Formação Básica	LE-TRAS	4º.	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	60
<b>Total em Horas</b>					1155
<b>Trabalho de Conclusão de Curso - TCC</b>					120

### 3.1.2 DISCIPLINAS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA PROFISSIONAL

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS - EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPART*	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
01	Núcleo de Gestão	ECO	1º.	Gestão do Estado	60
02	Núcleo de Gestão	ADM	1º.	Gestão de Documentos e Redação Oficial	60
03	Núcleo de Gestão	ECO	2º.	Gestão Financeira, Orçamentária e Patrimonial	45
04	Núcleo de Gestão	ADM	2º.	Gestão da Tecnologia da Informação	60
05	Núcleo de Gestão	ADM	2º.	Gestão de Pessoas no Setor Público	60
06	Núcleo de Gestão	ADM	2º.	Gestão da Regulação	60
07	Núcleo de Gestão	ADM	3º.	Gestão do Conhecimento	60
08	Núcleo de Gestão	ADM	3º.	Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável no Setor Público	60
<b>Total em Horas</b>					465



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE ENSINO



3.1.3 DISCIPLINAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU APROFUNDAMENTO

Nº DE ORDEM	ÁREAS DE CONHECIMENTO - NÚCLEOS TEMÁTICOS - EIXOS CURRICULARES	CÓDIGO DEPART*	SEMESTRE	DISCIPLINAS	C/H
01	Núcleo de Especialização	ECO	3º.	Geopolítica e Geoestratégia Internacional	60
02	Núcleo de Especialização	ADM	3º.	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60
03	Núcleo de Especialização	ADM	4º.	Elaboração do Orçamento Público	60
04	Núcleo de Especialização	TUR	4º.	Organização de Eventos – Cerimonial, Protocolo e Etiqueta	60
<b>Total em Horas</b>					<b>240</b>

3.2 EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA

**EMENTAS**

**1) INFORMÁTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO**

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

**Bibliografia:**

CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A.; *Introdução à Informática*. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

**2) INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Concepções de educação a distância. Evolução histórica. O aluno de EaD. Tutoria em EaD. Metodologia da EaD. Avaliação na EaD. Perspectivas atuais de educação a distância: mídias interativas e plataformas virtuais de aprendizagem.

**Bibliografia Básica:**

BELLONI, M. L.B. *Educação a distância*. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção educação contemporânea).

CHAVES, E.O. C. Tecnologia na Educação, Ensino a Distância, e Aprendizagem Mediada pela Tecnologia: conceituação básica. *Revista Educação*. Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Ano III, Número 7 nov.1999.

HOLEMBERG, B. *Educación a distância: situación y perspectivas*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz, 1981.

LANDIM, Claudia Maria Ferreira. *Educação a distância: algumas considerações*. Rio de Janeiro, s/n, 1997.

MENDONÇA, M. H.; MAFTUM, M. A.; MAZZA, V. A. *Educação a distância e prática tutorial*. Ponta Grossa: UEPG / CEFORTEC, 2005.

NISKIER, Arnaldo. *Educação a distância: a tecnologia da esperança; políticas e es-*



**estratégias a implantação de um sistema nacional de educação aberta e a distância.** São Paulo: Loyola, 1999.

PETERS, O. **Didática do ensino a distância.** São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

PRETTI, O. **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso.** NEAD/IE- UFMT. Cuiabá: UFMT, 1996.

ROESLER, J. (org). **Administração e planejamento em EaD: curso de extensão na modalidade a distância.** Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

Universidade do Sul de Santa Catarina. Equipe didático-pedagógica. **Formação para professor tutor: metodologia Unisul Virtual. Curso na modalidade a distância.** 2 ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.

### 3) POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

A análise de políticas públicas e seus problemas; As mudanças na legislação e nas instituições de políticas sociais no Brasil; Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Estudos das novas responsabilidades e novas posturas que os governos vêm assumindo quanto às políticas públicas. Estudo das experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular. Articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos. Controle e Avaliação das Políticas Públicas.

#### Bibliografia Básica

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, nº.40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, nº. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luis (Org.), Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. Política Social, Educação e Cidadania. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, nº. 1, jan-mar 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, nº. 31, 1993, p. 5-46.

DRAIBE, Sônia Miriam. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva, Vol. 11, nº. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. Public Policy Analysis: An Introduction. 3rd. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. Understanding Public Policy. 11th.ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, nº. 40/41, 1997, p.193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos FUNDAP - Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 69-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, nº. 23, jun 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. Lua Nova, nº. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, nº.13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namo. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol.5, nº. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Yves e THOENIG, Jean-Claude. Las Políticas Públicas. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al





umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD: Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R.S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. O Estado-Providência na Sociedade Capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O Desmonte da Nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic Methods of Policy Analysis and Planning. 2nd ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr. Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 "Teoria social e análise de políticas públicas", pp. 11-14, e cap. 2 "Legislação, instituições e recursos da política social brasileira", p. 15-44

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, nº. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

#### 4) METODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Pressupostos da Pesquisa. Métodos e Técnicas de Pesquisa. Tipos de Pesquisa. Projeto de Pesquisa. Estrutura e Organização do Trabalho Científico. Fundamentos da EaD; Organização de Sistemas de EaD; Técnicas de estudo; Orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Investigação científica. Planejamento da pesquisa. Coleta de informações. Uso das informações bibliográficas. Análise e interferências. Elaboração do relatório de pesquisa. Viabilidade para elaboração de projetos.

#### Bibliografia:

BEAUD, Michel. **Arte da Tese**: como preparar e redigir uma tese de mestrado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Tradução de Glória de Carvalho Lins, 4ª ed., Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2002.

BÉRNÍ, Dullio de Ávila (org.). **Técnicas de Pesquisa em Economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo : Saraiva, 2002.

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo : Editora Perspectiva, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed., São Paulo : Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2ª ed., São Paulo : Atlas, 1995.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica**: Teoria da ciência e prática da pesquisa. 21ª ed., Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª ed. rev. amp., São Paulo : Atlas, 1991.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo : Saraiva, 2004.

MARQUES, Mario Osório. **Escrever é Preciso**: o princípio da pesquisa. Ijuí : Ed. UNIJUÍ, 1997.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica**: Guia para eficiência nos estudos. 5ª ed., São Paulo : Atlas, 2002.



## 5) GESTÃO DO ESTADO

Estado Democrático de Direito; Governabilidade e Governança do Estado; Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. O Estado Brasileiro. Administração Pública x Administração Privada; Planejamento Estratégico no Setor Público; Escolas de Governo; Principais conceitos de Planejamento Estratégico. Governança no Setor Público. Análise ambiental externa e interna das empresas Públicas e Privadas. Aplicação das Estratégias nas diversas áreas Organizacionais. Modelos para sua operacionalização. Elaboração de um plano piloto para o Setor Público.

### Bibliografia:

ARRAES, Ronaldo A. E BARRETO, Ricardo C.S. **Capital social, políticas públicas e desenvolvimento Econômico**, UFC, Fortaleza, 2003, p. 17.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 32ª Edição. São Paulo, Globo, 1994.

BAQUERO, Marcello (org.). **Reiventando a sociedade na América Latina. Cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Universidade, 2001b. p. 208.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. Ed. 4ª.

BOBBIO, N. **Estado Governo e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CHÂTELLET, François; DUHAMEL, Olivier e PISIER-KROUCHENER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990, p. 399.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 19ª Ed. p. 108. São Paulo: Saraiva, 1995.

DINIZ, E. & AZEVEDO, S. de (orgs.). **Reforma do Estado e Democracia no Brasil**. Brasília: UNB, 1997.

FAORO, R. **Os donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro**. Porto Alegre: Globo, 1984.

FISCHER, R. M. e FALCONER, A. P. Desafios da parceria governo e terceiro setor. In: **Revista de Administração**, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 12-19, jan./mar., 1998.

GOZZI, Gustavo. Estado Contemporâneo. In: **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1991.

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JUNQUEIRA, Luciano A. P. Gestão das políticas sociais e o terceiro setor. In: XXV ENCONTRO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (2001: Campinas). **Anais ... Gestão Pública e Governança**. Rio de Janeiro: ANPAD, 10p. (CD-ROM).

MELLO, S. C. **Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo**. São Paulo: FAPESP-Anablume, 2003.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. **Liberalismo e Neoliberalismo – Uma Introdução Comparativa**. Primeira Versão n.73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997.

NAZZARI, Rosana Katia. Enfoque Corporativista na Teoria Política. In: Rosana Kátia Nazzari. (Org.). **Temas de Ciência Política**. 1ª ed. Cascavel, 2004, v. 1, p. 169-190.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PUTMAN, Robert D. **Comunidade e democracia**. A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996 p 260.

SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

TOURRAINE, Alain. **O que é a democracia?** Petrópolis: Vozes, 1996.





#### 6) DIREITO CONSTITUCIONAL

Origem e evolução do Estado. O Estado e o Direito. Direito e Poder. Normas Jurídicas. Direito positivo e direito subjetivo. Estrutura do Estado e do Governo Brasileiro.

##### Bibliografia

- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 18. ed. ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 2. ed. aum. e rev. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- CENEVIVA, Walter. Direito constitucional brasileiro. 2. ed. ampl. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de Direito Constitucional. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de direito constitucional. 18. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1990
- MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. I e II.
- SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.
- TEMER, Michel. Elementos de Direito Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991

#### 7) DIREITO ADMINISTRATIVO

Regime jurídico-administrativo. Atos administrativos. Organização administrativa. Serviço público. Licitação. Contratos administrativos

##### Bibliografia:

- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**, 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução à Ciência do Direito**. Rio-São Paulo: Forense, 2002.
- GORDILLO, Agustín. **Princípios gerais de Direito público**. São Paulo: RT, 1977.
- NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. São Paulo: Forense, 2000.
- REALE, Miguel. **Lições preliminares do Direito**. São Paulo: Saraiva, 2001.

#### 8) ÉTICA NA GESTÃO PÚBLICA

Conceitos de Ética Geral. Importância da conduta Ética na Gestão dos Negócios Públicos e Privados. Perfil do Gestor na verificação e aplicação de Recursos Públicos. Cuidados no exercício das Atividades do Estado e do Governo. Execução dos trabalhos no processo de relacionamento com as atividades privadas. Atitudes e Postura Ética.

##### Bibliografia:

- ELLIOT, Kimberly Ann (Org.). *A corrupção e a economia mundial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO — I ENCONTRO DE REPRESENTANTES SETORIAIS DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, 2001, Brasília. *Anais do Seminário*, Brasília: CEP/PR, 2001.
- FLEISCHER, David. Financiamento de campanhas políticas. In: PEDONE, Luiz (Ed.). *Sistemas eleitorais e processos políticos comparados: a promessa de democracia na América Latina e*

Caribe. Brasília: OAS/UnB/CNPq, 1993. p. 243-259.

JARDIM, J. M. *Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

SILVA, M. F. Gonçalves da. *A economia política da corrupção*. São Paulo: Transparência Brasil, 2001.

### 9) GESTÃO DE DOCUMENTOS E TÉCNICAS DE REDAÇÃO OFICIAL

Introdução à gestão da informação e sua relação com o processo de comunicação organizacional. O processo da comunicação na empresa pública; A ciência da informação: evolução e tendências atuais; Introdução à Arquivologia; A interface da Arquivologia com as demais áreas da Ciência da Informação; Profissional de arquivo. Gestão de documentos: Princípios e Teorias da Arquivologia. Tecnologia de Informação. Legislação arquivística; Teoria das Idades e o Princípio da Proveniência. Gestão de documentos: princípios, processos e produtos; Gestão eletrônica de documentos: tecnologia, legislação e eficácia probatória; Ferramentas de GED: Enterprise Content Management – ECM.

#### Bibliografia

ANDRADE, Sonia Cruz-Riascos de. **Inclusão digital como ação facilitadora para o desenvolvimento de empresas de base industrial**. 2005. 106f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação. Universidade de Brasília, Brasília, DF.

ANTUNES, Benedito (Org.). **Memória, literatura e tecnologia**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2005. 113 p.

AQUINO, Lea Tânia Albuquerque de. Os serviços de arquivo na empresa ante a evolução dos recursos da tecnologia da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5., 1982, Rio de Janeiro. **Resumos...** São Paulo: CENADEM, 1982.

ARAÚJO, Jerusa Gonçalves de. Restauração de documentos: um grip de alerta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5. 1982, Rio de Janeiro. **RESUMOS...** São Paulo: CENADEM, 1982.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos **Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativo às atividades – meio da administração pública**. Rio de Janeiro, 2001. 156 p.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Inteligência empresarial: uma avaliação de fontes de informação sobre o ambiente organizacional externo. **DaraGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 2002. Disponível em: <http://datagramazero.org.br/dez02/index.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.

BARRETO, Auta Rojas. Arquivos de dados correntes: seu uso em atividades científico-tecnológicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, Rio de Janeiro. **ANAIS...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1982.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 318 p.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da informação: em recurso estratégico no processo de gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 1998. 104 p.

CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andressa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivística = Técnica; Arquivologia = Ciência**. Brasília, DF: ABDF, 1985. 2.v.

CUNHA, Marina Campos. **Arquivologia e arquivística: no currículo de biblioteconomia**. 1981. 308f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

ESPOSEL, José Pedro Pinto. **Introdução a arquivologia: roteiro de ensino**. 1980. 143f. Tese (Livre – Docência – Arquivologia) – Departamento de Documentação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

FEIJÓ, Virgílio de Mello. Documentação e arquivos. Porto Alegre: SAGRA, 1988. 147 p.

FIGUEIREDO, Nice de Menezes de. **Paradigmas modernos da ciência da informação**





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE ENSINO



- em usuários (coleções) referência & informação.** São Paulo: Polis: APB, 1999. 168 p. (coleção Palavra-chave)
- FOGOLIN, Dilnei Fátima; OLIVEIRA, Maria Rosângela de. Gestão de projetos em serviços de informação acadêmicos: experiências da UNESP. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 12., 2002, Recife. **ANAIS...** Recife: [s.n.], 2002.
- FONSECA, Edson Nery da. **Problemas brasileiros de documentação.** Brasília, DF: IBICT, 1988. 338 p.
- HABRAN, Jean. MISTRAL: sistema de recuperação documentária. In: ENCONTRO NACIONAL DE BIBLIOTECONOMIA E INFORMÁTICA, 1., 1984, Brasília. **Revista da Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, DF, v. 13, n. 1, p. 67-71, 1985.
- INDOLFO, Ana Celeste et al. **Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira da. A informação e suas profissões: a sobrevivência ao alcance de todos. **DataGramaZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://datagramazero.org.br/ago04/index.htm>. Acesso em: 18 out. 2005.
- JARDIM, José Maria. **Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado Brasileiro.** 1998. 302 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação;** tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p. Título original: La science de l'information.
- LOPASSO, Eise Ferraz. Inventário dos acervos arquivísticos da administração indireta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2002. p. 237-239.
- MACHADO, Ebe de Oliveira; PIEMONTE, Luís Alberto; MACIEL, Márcia Fernandes. Gestão e dimensionamento do capital intelectual. In: INTERNACIONAL SYMPOSIUM ON KNOWLEDGE MANAGEMENT/DOCUMENTO MANAGEMENT, 2000, Curitiba. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2000.
- MACHADO, Helena Correa. Algumas estratégias para o entrosamento das três idades do arquivo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5., 1982, Rio de Janeiro. **Resumos...** São Paulo: CENADEM, 1982.
- MATTAR, Eliana (Org.). **Acesso à informação e política de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 136 p.
- MOTTA, Mary Teixeira da. **A produção da documentação diplomática: uma análise preliminar do fluxo da informação embaixada-ministério-arquivo.** 1986. 194 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Biblioteconomia, Faculdade de estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- MURAKAMI, Ana Maria Brandão. Documentação especial em arquivos públicos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 5., 1982, Rio de Janeiro. **Resumos...** São Paulo: CENADEM, 1982.
- OBIRA, Maria Lourdes Blatt; MARTINEZ, Priscila Amorim. Acessibilidade aos documentos nos arquivos públicos municipais do Estado de Santa Catarina – Brasil. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, BIBLIOTECAS, CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MUSEUS, 1., 2002, São Paulo. **Anais...** [S.l.: s.n.], 2002. p. 335-358.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática.** 3. ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: FGV, 2004. 225 p.
- PICCININI, Elvio José. **Impacto da tecnologia da informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso.** 2001. 142f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, DF.
- ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. da. **Documentação de hoje e amanhã: uma abor-**

dagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. 2. ed. rev. E ampl. Brasília, DF: Edição do autor, 1986. 400 p.

ROCHA, Eliana da Conceição. Sistema de arquivo e controle de documentos do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 10., 1994, São Paulo. **Anais...** Brasília, DF: IBICT, 1994. (Memória Técnica do IBICT, MT/878).

RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação.** Brasília, DF: Thesaurus, 2003. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, 2).

SANTOS, Paula Xavier dos. A dimensão política da disseminação da informação através do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação: uma alternativa à noção de impacto tecnológico. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v.5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://datagramazero.org.bbr/ago04/index.htm>. Acesso em: 18 out.2005.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística:** identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos arquivos públicos brasileiros. 2001. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, universidade de Brasília, DF.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos:** princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGC, 2004. 386 p.

SILVINO FILHO, José. **Avaliação de documentos de arquivos.** CORBI: Walda Antunes Consultoria. 1995. 17 p. (Série Gestão de documentos).

SMIT, Johanna. **O que é documentação.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, 174).

SOCIEDADE da informação: ciência e tecnologia para a construção da sociedade da informação no Brasil... São Paulo: Instituto UNIEMP; Brasília, DF; CNPq/IBICT, 1998. 164 p.

TORRES, Anderson Barros. **Portais corporativos como ferramentas de gestão do conhecimento:** desafios de uma instituição governamental. 2004. 224 f. Dissertação (Mestrado) – FACE, Departamento de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim; WOIDA, Luana Maia. Cultura organizacional no processo de inteligência competitiva. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, 2004. Disponível em: <http://datagramazero.org.br/ago04/index.htm>. Acesso em : 18 out.2005.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. **O custo da informação tecnológica.** São Paulo: Polis: APB, 1997. 91 p. (Coleção Palavra-chave)

## 10) MODELO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Processo Legislativo. Marco Legal do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Decreto Presidencial nº 2829 de 1999 e Portaria 42; Lei de Responsabilidade Fiscal; Constituição Federal e Lei nº 4.320/64

### Bibliografia:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília – DF, 05 maio 2000. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 27 março. 2002.

BURKHEAD, Jesse. **Orçamento público.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

CAMPELLO, Carlos A.G.B., e MATIAS, A. Borges. **Administração financeira municipal.** São Paulo: Atlas, 2000.

MACHADO JR., J. T.; REIS, H da C. **A lei 4320 comentada.** 33. ed. Rio de Janeiro: I-





BAM, 2003.  
OSBORNE, David; GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**. Brasília: MH Comunicação, 1994.  
PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas – a política orçamentária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.  
VILLAÇA, Sérgio P.Vieira; CAMPOS, Sílvia Butters. **Elaboração do plano plurianual – Caderno 3**. IBAM: Rio de Janeiro, 2001.  
VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Manual de elaboração - O passo a passo da Elaboração do PPA para municípios**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2 ed., 2005. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 27 março. 2005.  
VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Lei orçamentária anual - Manual de Elaboração**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília: 2001. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 30 maio. 2001.  
SANCHES, Osvaldo Maldonado, **Dicionário de orçamento e planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.

### 11) GESTÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL

Estrutura do Setor Público. Contabilidade Pública. Sistemas Orçamentário, Financeiro e Patrimonial. Demonstrações Consolidadas. Estrutura conceitual de Orçamento Público. Orçamento como um sistema. Estrutura do sistema orçamentário. Relatórios projetados e análise. Instrumentos de planejamento e controle. Estudo de Casos.

#### Bibliografia:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002  
CAMPELLO, Carlos A.G.B.; MATIAS, A. Borges. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.  
CRUZ, Flávio da; VICCARI JR, Adauto; GLOCK, José Osvaldo; HERZMANN, Nélcio; TREMEL, Rosângela. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002  
GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2002.  
LIMA, Diana Vaz; CASTRO, Róbson Gonçalves. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)**. São Paulo: Atlas, 2000.  
MACHADO JR., J. Teixeira e REIS, Heraldo da Costa. **A Lei 4320/64 comentada**. 30. ed. Rio de Janeiro: Ibm, 2001  
NASCIMENTO, Carlos Valder do; MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Comentários à lei de responsabilidade fiscal**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.  
PEREIRA, José Matias. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: 2 ed. Atlas, 2003.  
REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.  
SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. 1. Ed. São Paulo: Prisma, 1997  
SLOMSKI, Valmor. **Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

### 12) ECONOMIA BRASILEIRA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores sócio-econômicos; desemprego e informalidade; glo-

balização, inserção periférica e acordos internacionais.

#### **Bibliografia:**

- BAER, W. (1996). *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel.  
FURTADO, C. (1989). *Formação Econômica do Brasil*. 23 ed. São Paulo, Nacional.  
LAFER, B.M.C. (1984). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, Rio de Janeiro: Zahar  
VERSIANI, F.R. & Versiani, M. T. (orgs) (1978) *Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização*, São Paulo: Saraiva.

### **13) ECONOMIA E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO**

Conceitos básicos: economia da informação e conhecimento. Investimentos tangíveis e intangíveis. Gestão do Conhecimento e Economia do Conhecimento - Mecanismo de mercado. Externalidades. As limitações dos modelos econômicos. Globalização e inserção brasileira na economia do conhecimento. Mobilidade do capital, informação, bens e serviços, competitividade global de produtos e pessoas. Tecnologia e Produtividade. Novas estruturas de produção, distribuição e consumo. Economia de Redes. Redes e Alianças estratégicas. Inovação e gestão da inovação. Codificação do conhecimento e localização da inovação. Estruturas de apoio. Sistemas regionais e nacionais de inovação; clusters. Trabalho, Aprendizado e Ativos Intangíveis. Capital humano, aprendizado como essência do desenvolvimento; Estimativas de valor, comércio e investimento em intangíveis.

#### **Bibliografia**

- ALBAGLI, S. "Informação e geopolítica contemporânea: o papel dos sistemas de propriedade intelectual". *Informare*, vol. 3, ns. 1-2.  
ALBAGLI, S. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: **Cassiolato, J.E. e Lastres, H.M.M. Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais do Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.  
BENKO, G. **Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.  
CASSIOLATO, J.E. e Lastres, H.M.M. **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.  
CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede - A era da informação: economia, sociedade e cultura**; v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.  
CATTANI, Antonio (org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.  
DANTAS, M. Telecomunicações: uma alternativa social e nacional à globalização subalterna. In: Lastres, H. M. M. "Globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico". **Texto para Discussão n. 519**. Brasília: IPEA, 1997.  
DAVENPORT, Thomas H. e PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.  
DRUCKER, Peter. **A sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira, 1993.  
DRUCKER, Peter. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Pioneira, 1992.  
DRUCKER, Peter. **Desafios gerenciais para o século XXI**. São Paulo: Pioneira, 1999.  
GASPARINI, Giovanni. Tempo e Trabalho no Ocidente. Apud. CHANLAT, J. F. (coord.), **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1996. V.3.  
HARMAN, W. , HORMANN, J.. **O trabalho criativo**. São Paulo: Cultrix, 1995.  
HARMAN, Willis; HORMANN, John. **O trabalho criativo**. São Paulo: Cultrix, 1992.  
HASHIMOTO, Marcos **A Economia do Conhecimento**. <http://groups.msn.com/marcoshashimoto/aeconomiadoconhecimento.msnw>.  
HSM MANAGEMENT **A gestão do conhecimento na prática**. Artigo publicado na Revista HSM MANAGEMENT nº42 janeiro-fevereiro 2004.





- KLEIN, David A. **A gestão estratégica do capital intelectual**: recursos para a economia baseado em conhecimento. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.
- LÉVY, Pierre e AUTHIER, Michel. **As árvores de conhecimentos**. São Paulo: Editora Escuta, 2000.
- LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.
- LUNDVALL, B. Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, n. 10, p.200-218, 2001.
- MCLUHAN, Marshall. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, [s. d.]
- MURTEIRA, Mário. **Economia do Conhecimento**. Quimera. Rio Janeiro, 2004, 160 p.
- MURTEIRA, Mário. **Por um desenvolvimento humano, justo e sustentável**. <http://www.gurasonline.tv/pt/conteudos/murteira2.asp>
- NAISBITT, John; ABURDENE, Patricia. **Reinventar a empresa**: transformar o trabalho e a empresa para a nova sociedade de informação. Lisboa: Presença, 1987.
- NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. A competência essencial da corporação. In: MONTGOMERY, C.; PORTER, M. (Eds.). **Estratégia – A busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1998.
- REIS VELLOSO, João Paulo dos (coordenador). **O Brasil e a Economia do Conhecimento**. J. Olympio, Rio de Janeiro. 2002, 572p.
- REIS VELLOSO, João Paulo dos (coordenador.) **Economia do Conhecimento, crescimento e inclusão social**. J. Olympio, Rio de Janeiro, 2004, 754p.
- RODRIGUEZ, M.V., FERRANTE, A. J. Tecnologia da informação e mudança organizacional. Rio de Janeiro: Infobook, 1995.
- RUSSO, A.J.T. & CERNIC, R.N. **O Brasil na sociedade do conhecimento**. [http://www.kmol.online.pt/artigos/200409/rus04\\_p.html](http://www.kmol.online.pt/artigos/200409/rus04_p.html)
- SANTOS, A.R.; PACHECO, F.F.; PEREIRA, H. J.; BASTOS Jr, P.A. Gestão do conhecimento como modelo empresarial. **Gestão do conhecimento: uma experiência para o sucesso empresarial**. Rio de Janeiro: Campus. 2001.
- SANTOS, D.M.; SANTOS, M.M. A atividade de foresight e a União Européia (EU). **Parcerias Estratégicas**, n. 17, p. 165-192, 2003.
- SCHAFF, Adam. A sociedade informática. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.
- SCHULTZ, T. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, v. 51, 1961.
- SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 1995.
- Silva, R.V. e Neves, A. **Gestão de Empresas na Era do Conhecimento** Ed. Sílabo, 2003
- STEWART, T. **Capital Intelectual**. Rio de Janeiro: Campus. 1998.
- SVEIBY, K. **A nova riqueza das organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TEIXEIRA FILHO, Jayme. **Conhecimento, Tecnologia e Organização: Evolução, Conflitos e Perspectivas**. <http://www.senac.br/informativo/BTS/242/boltec242b.htm>.
- WICK, Calhoun W. e LEÓN, Lu Stanton. **O desafio do aprendizado**. São Paulo: Nobel, 1997.

#### 14) CIÊNCIA POLÍTICA

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e

legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual

#### **Bibliografia**

- ARENDR, H. *As origens do totalitarismo*. São Paulo: Cia Letras, 1990.  
BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.  
BOBBIO, N. *Estado, Governo e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.  
BONAVIDES, PAULO. *Ciência Política*, São Paulo, Malheiros, 2002  
DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1998.  
IGLESIAS, Francisco. *Trajétoria política do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.  
WEFFORT, Francisco. *Os clássicos da política*. São Paulo: Ática, 1990.

#### **15) CONTROLE NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS**

Controladoria Pública. Conceitos de Controladoria. Independência e Subordinação da Controladoria. Sistema de Controles Integrados. Apresentação de Modelos de Controles Integrados. Estrutura conceitual dos sistemas de Controles Internos. Controle Social. Estudo de Casos. Técnicas e procedimentos de Controle. Caracterização do ponto de controle. Competência do Controle Interno. Princípios Básicos. Independência. Área de Atuação. Classificação dos Controles. Controle – Parlamentar, Judicial e Administrativo. Avaliação da Eficiência. Eficácia, Efetividade e Economicidade.

#### **Bibliografia:**

- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. São Paulo: Atlas, 2002  
ATTIE, William. **Auditoria interna**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.  
ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.  
BARCELOS, Carlos L.K, SOBRAL, Yves D., LUSTOSA, Paulo R. B. Orçamento público gerencial e mensuração do valor agregado: uma abordagem da teoria da gestão econômica. **Anais do 5º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 10 e 11 de outubro de 2005.  
BOTELHO, Milton Mendes. **Manual de controle interno: teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2003.  
BRASIL. **Lei 4.320 de 17 de março de 1964**. Estatuto normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.  
BRASIL. **Lei 9.755, de 16 de dezembro de 1998**. Dispõe sobre a criação de "homepage" na "internet", pelo Tribunal de Contas da União, para divulgação de dados e informações que especifica e dá outras providências.  
BRASIL. **Lei Complementar No. 101, de 04 de maio de 2001** (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.  
CATELLI, Armando. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica – GECON**. São Paulo: Atlas, 1999.  
CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.  
CRUZ, Flávio da, GLOCK, José Osvaldo. **Lei de responsabilidade fiscal comentada: Lei complementar No. 101, de 04 de maio de 2000**, 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.  
FISCH, Sílvio, MOSIMANN, Clara P. **Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2002.  
FIGUEIREDO, Sandra, CAGGIANO, Paulo C. **Controladoria**. São Paulo: Atlas, 1997.  
GUERREIRO, Reinaldo. **A meta da empresa – seu alcance sem mistérios**. São Paulo: Atlas, 1996.  
MELLO, Gilmar R., SLOMSKI, Valmor. **Estudo dos reflexos da Lei de Responsabilidade**





Fiscal no endividamento dos estados brasileiros. **Anais do 5º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 10 e 11 de outubro de 2005.

NAKAGAWA, Massayuki. **Introdução à controladoria**. São Paulo: Atlas, 1995.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria – conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.

PADOVOZE, Clóvis L. **Controladoria estratégica e operacional**. São Paulo: Pioneira, 2003.

PELEIAS, Ivam R. **Controladoria**. São Paulo: Saraiva, 2002.

PESTANA, Armando O., FRANCO, Paulo S. C., PERES JR., José H. **Controladoria de gestão**. São Paulo: Atlas, 1997.

SALES, Sóstenes D., SANTOS, Luis P. G., FREITAS, Sheizi C., SILVA NETO, Arlindino N. O papel do sistema de apuração de custos para as instituições federais de ensino superior IFES, a experiência da UFBA. **Anais do VI Congresso Brasileiro de Custos**, São Paulo: FEA-USP, 1999.

SANTOS, Maria J. O., SILVA, César A. T., MORGAN, Beatriz F., MATIAS, Márcia A. Depreciação de livros: procedimentos para determinação do custo. **Anais do 5º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 10 e 11 de outubro de 2005.

SILVA, Carlos A. S., OLIVEIRA, Luis M., PERES JR., José H. **Controladoria estratégica**. São Paulo: Atlas, 2002.

SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

WIEMER, Ana Paula M., RIBEIRO, Daniel C. Custos no serviço público. **Anais do 4º. Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo: FEA, 7 e 8 de outubro de 2004.

#### 16) NOVAS TENDÊNCIAS DE GESTÃO

As Megatendências para o próximo milênio e os paradoxos globais: os impactos sobre as empresas. A evolução das eras empresariais: Da Era da Produção em Massa à Era da Competitividade. A emergência da Sociedade do Conhecimento: a Era do Capital Humano e Intelectual. O esgotamento dos modelos tradicionais de administração: do "Fordismo" ao "Toyotismo". A emergência dos novos modelos de gestão empresarial. Gestão Holística: a "visão do todo" da organização. Corporação Virtual: a organização horizontal baseada nas relações de parceria e na tecnologia da informação. Gestão do Conhecimento: os ativos intangíveis.

#### Bibliografia:

BETHLEM, Agrícola. **Estratégica empresarial: conceitos, processo e administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1988.

MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MOTTA, Paulo Roberto. **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. 10ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

NADLER, David; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert e associados. **Arquitetura organizacional**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

VASCONCELOS, Flávio; VASCONCELOS, Isabella (orgs). **Paradoxos organizações: uma visão transformacional**. São Paulo: Thomson, 2004.

WHITTINGTON, Richard. **O que é estratégia**. São Paulo: Thomson, 2001.



### 17) GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Introdução a Tecnologia da Informação. Processos de Integração e Comunicação de informações. Governo Eletrônico. Sistemas de Informação Gerencial, Estratégico e do Conhecimento. Gestor da TI. Gestão dos recursos da TI. Tecnologias Emergentes e suas aplicações públicas. A Unidade da TI. Introdução ao Planejamento da Tecnologia da Informação. Introdução ao Alinhamento estratégico da TI ao setor público. Práticas em Gestão da Tecnologia da Informação aplicada à Gestão do Conhecimento. Tecnologia e transparência.

#### Bibliografia:

ANGELONI, M.T.(Org). **Organizações do Conhecimento: infra-estrutura, pessoas e tecnologia.** São Paulo: Saraiva, 2002.

CASSARRO, A. C. **Sistemas de Informações para a tomada de decisões.** São Paulo: Pioneira, 1999.

DRUCKER, P. **A próxima sociedade e o Management.** São Paulo: Pioneira, 2003

FRANCO, C. F. **E-Business: Tecnologia da Informação e Negócios na Internet.** São Paulo: Atlas, 2001.

LAUDON, K.C. e LAUDON, J.P. **Sistemas de Informação.** R.de Janeiro: LTC, 1998.

O'BRIEN, J. **Sistemas de Informação e as decisões Gerenciais na era da Internet.** São Paulo: Saraiva, 2001.

STAIR, R. M. e REYNOLDS, G. W. **Sistemas de Informação: uma abordagem gerencial.** São Paulo: LTC, 2002.

MEYER, M. e outros. **Nosso futuro e o computador.** São Paulo: Bookman, 2000.

NONAKA, I.e TAKEUCHI, H. Criação de Conhecimento na Empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SLEIGHT, S. **Como usar a Tecnologia da Informação.** São Paulo: Publifolha, 2001.

TAKAHASHI T.(Org). **Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde.** Brasília: Ministério.

### 18) GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

Estrutura da organização. Gerenciamento de Conflitos. Processo de Negociação das Carreiras. Qualidade de vida no Ambiente de trabalho. Gestão de Recursos Humanos como Ativo Intangível e Fundamental Importância para o desempenho das Atividades. Metodologia a serem aplicadas nos Processos de Avaliações de Desempenho Profissional. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. PAD Processo Administrativo

#### Bibliografia:

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da escola científica à competitividade na economia globalizada.** São Paulo: Atlas, 2000.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

KETS DE VRIES, M. **Liderança na empresa.** São Paulo, Atlas, 1998.

MOURÃO, L. & BORGES- ANDRADE, J. Significado do trabalho – caminhos percorridos e sinalização de tendências. **Revista de Estudos Organizacionais**, 2,2, p.59-75, 2001.

SEHNEN, R. et al. **Recortes da História de uma Universidade pública.** Maringá: EDUEM, 2001.

### 19) GESTÃO DA REGULAÇÃO

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. As Agências Reguladoras no Brasil.

#### Bibliografia:



- ABRÚCIO, F.L. e LOUREIRO, M.R. *O Estado numa era de reformas: os anos FHC. Partes 1 e 2*. Brasília: Ministério do Planejamento, Secretaria de Gestão, 2002.
- ABRÚCIO, F.L. O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo da experiência internacional recente. *Cadernos ENAP*. Brasília, nº 10, 1997.
- CAVALCANTI, B.S. *O gerente equalizador: estratégias de gestão no setor público*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- TORRES, M.D.F. *Estado, democracia e administração pública no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

## 20) GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO

A produção da informação e do conhecimento. Sociedade Industrial e Sociedade do Conhecimento. A gestão do conhecimento, da inovação e da criatividade nas organizações. A Gestão do Conhecimento e os Modelos de Gestão Organizacional. A informação, a comunicação e o conhecimento nas organizações públicas; Gestão de Mudança; Gestão da Inovação; Gestão de Processos, Gestão por Competência; Cultura e Aprendizagem Organizacional. Educação Corporativa, Gestão do Capital Intelectual. Inteligência Organizacional. Tecnologia da Informação Aplicada a Gestão do Conhecimento.

### Bibliografia:

- BELL, D. *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York, Basic Books, 1973.
- BLACKLER, Frank et alii. Knowledge workers and contemporary organizations. *Journal of Management Studies*, vol. 29, november, 1992.
- BLACKLER, Frank. Knowledge and the theory of organizations: organizations as activity systems and the reframing of management. *Journal of Management Studies*, vol 30:6, november, 1993.
- CRUZ Jr., João Benjamin da. Organizações e administração de entidades públicas: aspectos políticos, econômicos e sociais de um paradigma emergente. *Revista de Administração Pública*, vol. 22, n. 3, p. 3-21, jul./set. 1988.
- DRUCKER, Peter F. *Sociedade pós capitalista*. 2a. ed. São Paulo, Pioneira, 1994.
- FERKISS, Victor. *O homem tecnológico: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FORTUNE REVIEW. *Intellectual Capital*, n. 3, p. 28-33, october 1994.
- GEORGE, Pierre. *Sociedade em mudança: introdução a uma geografia social do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HALL, R.H. *Organizações: estruturas e processos*. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.
- HAMMER, Michael. *Reengenharia*. Rio de Janeiro, Campus, 1994.
- HARMAN, Willis; HORMANN, John. *O trabalho criativo: o papel construtivo dos negócios em uma sociedade em transformação*. São Paulo: Cultrix, 1992.
- LANDES, David S. *Prometeu desacorrentado: transformações tecnológicas e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental, desde 1750 até a nossa época*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- MINTZBERG, Henry. *Criando organizações eficazes: estruturas em cinco configurações*. São Paulo: Atlas, 1995.
- NAISBITT, John. *Paradoxo global*. Rio de Janeiro, Campus, 1994.
- NEVIS, Edwin et alii. Understanding Organizations as Learning Systems. *Sloan Management Review*, winter, 1995.
- NONAKA, Ikujiro. A dynamic theory of organizational knowledge creation. *Organization Science*. Vol. 5, n. 1, february 1994.
- NONAKA, Ikujiro. *The knowledge-creating company*. *Harvard Business Review*, nov/dec. 1991.
- OHMAE, Kenichi. *Mundo sem fronteiras*. São Paulo, Makron Books, 1991.



PINCHOT, Giford & Elizabeth. **O poder das pessoas**: como usar a inteligência de todos dentro da empresa para conquista de mercado. Rio de Janeiro: Campus, 1994.  
RAMOS, Alberto Guerreiro. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1989.  
SENGE, Peter. **A quinta disciplina**. Rio de Janeiro: Editora Best Seller, 1995.  
TOFFLER, Alvin. **Powershift**: knowledge, wealth and violence at the edge of 21st century. New York, Bantam Books, 1990.

## 21) GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SETOR PÚBLICO

Desenvolvimento sustentável: conceitos básicos. Responsabilidade social. Protocolos internacionais. Princípios da gestão ambiental. ISO 14000. Políticas ambientais: indicadores. Planejamento ambiental.

### Bibliografia:

ABNT: Associação Brasileira de Norma técnicas. **NBR ISO 14000**, 1996.  
ALMEIDA, J. Ribeiro de *et al.* **Planejamento ambiental**: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, um desafio. Rio de Janeiro: Thex, 1999.  
ANDRADE, Rui Otavio B. de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão ambiental**: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. 2.ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.  
CONSTANTINOV, Givanildo Nogueira. **Biossegurança & patrimônio genético**. Curitiba: Juruá, 2007.  
D'AVIGNON, A. **Normas Ambientais ISO 14000**. Como Podem Influenciar sua Empresa. 2.ed. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1996.  
MOURA, Luiz Antonio Abdala de. **Economia ambiental**: gestão de custos e investimentos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.  
SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, fundap. 1993.  
TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.  
TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

## 22) GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA INTERNACIONAL

As implicações políticas e estratégicas da economia da informação e do conhecimento sobre as diferentes regiões geográficas do mundo, com ênfase no Brasil e na América do Sul. Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos 90, como as organizações internacionais e não governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

### Bibliografia:

Mello, Leonel Itaussu Almeida – **Quem tem medo da geopolítica?** Editora: Edusp/Hucitec, 228 pág. 1999.  
Silva, Golbery do Couto e – **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil** (especialmente 2ª parte: *Geopolítica e geoestratégia*, p.139-154) – 3ª ed. – Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.  
Artigos e textos especialmente selecionados e contextualizados para cada tópico do programa.





### 23) MARKETING GOVERNAMENTAL

Técnicas e ferramentas de divulgação das ações do governo apresentação de estruturas de comunicação, composto de marketing, sistemas de pesquisa, articulação e mobilização, formas de garantir as administrações às ferramentas básicas para aproximar a esfera pública dos cidadãos. Marketing institucional. Ações de marketing governamental.

#### Bibliografia:

- COBRA, M. Marketing básico. 5ed. São Paulo: Atlas, 2004.  
CHURCHIL, Gilbert **Marketing – Criando valor para os clientes** São Paulo: Saraiva, 2005.  
DIAS, Sérgio R. coord. **Gestão de Marketing – professores FGV e convidados 2 ed.** São Paulo: Saraiva, 2007.  
KOTLER, Philip. **Administração de Marketing, a edição do novo milênio** São Paulo: Prentice Hall, 2000.  
LAS CASAS, A.L. Marketing. São Paulo: Atlas, 1991  
RIES, A. As 22 consagradas leis do marketing. São Paulo: Makron, 1993.

### 24) LOGÍSTICA APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gestão de materiais: planejamento de uso e consumo, controle de entradas e saídas, cálculo de necessidades, gestão de estoques e arranjo físico, integração de sistemas, custos e racionalização, responsabilidades na gestão de materiais. Gestão patrimonial; Logística: planejamento logístico, controle logístico, distribuição física.

#### Bibliografia:

- ARNOLD, j. r. Tony. *Administração de materiais: uma introdução.* São Paulo: Atlas, 1999.  
DIAS, M.A.P. *Administração de materiais: resumo de teoria, questões de revisão, exercícios.* São Paulo: Atlas, 1995.  
\_\_\_\_\_. *Administração de materiais: uma edição compacta.* São Paulo: Atlas, 1996.  
\_\_\_\_\_. *Administração de materiais: uma abordagem logística.* São Paulo: Atlas, 1996.  
\_\_\_\_\_. *Gerência de materiais: um modelo para situações de crise e incerteza.* São Paulo: Atlas, 1996.  
MESSIAS, S.B. Manual de administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1989.  
VIANA, J J. *Administração de materiais: um enfoque prático.* São Paulo: Atlas, 2000.

### 25) RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

Os principais temas da filosofia contemporânea e cidadania. O administrador e as questões éticas nas organizações e no mundo do trabalho. Visão conceitual do terceiro Setor. Organização do terceiro setor e desenvolvimento de atividades de responsabilidade social. Relações entre o poder público e o terceiro setor.

#### Bibliografia:

- ASHLEY, P. A. *Ética e Responsabilidade social nos negócios/ coordenação* São Paulo: Saraiva, 2005  
MATTAR Neto João Augusto. *Filosofia e Ética na Administração.* São Paulo. Saraiva, 2004  
INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL [www. E-  
thos.org.br](http://www.Ethos.org.br).  
PIRES, M. P. *Ética da necessidade.* Unisinos: R.G. do sul. 2004.

## 26) PLANEJAMENTO URBANO E PLANO DIRETOR

A formação do espaço urbano: dos burgos às megalópoles; Caracterização do espaço urbano; Princípios de urbanismo; Crescimento das cidades X Inchaço das cidades; Mobilidade e Transporte nas cidades; Desordenamento urbano; Áreas de convívio no espaço urbano; Humanização das cidades; Plano diretor dos municípios.

### Bibliografia:

- BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE: Lei 10.257/2001. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa por amostragem de domicílios – PNADS. 2013
- BUENO, L.M.M. Inovações para a concretização dos direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. In: BUENO, L.M.M. CYMBALISTA, R (ORG). Planos Diretores Municipais: Novos conceitos de planejamento territorial. São Paulo: Annablume, 2007. P.11-24
- CARLOS, A.F.A. A (re) produção do espaço urbano. São Paulo: Ed. USP, 1994.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer – São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

## 27) LEGISLAÇÃO TRABALHISTA PARA AGENTES PÚBLICOS

A evolução da legislação trabalhista; Aplicabilidade da CLT; Regime Jurídico; Cargos, empregos e funções públicas; Acesso ao serviço público; Remuneração e subsídio; Cumulação de vencimentos no setor público; Servidor público e mandato eletivo; Direitos trabalhistas extensivos aos servidores públicos; Direitos e deveres estabelecidos no Estatuto dos Servidores Públicos e na CLT; Aposentadoria; Processo Administrativo Disciplinar.

### Bibliografia:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 2006.
- CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). [www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/03/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt](http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/03/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt). Acesso em 30/09 de 2013.
- PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.
- PARANÁ. Estatuto do Servidor Público. Curitiba: Imprensa Oficial, 2006.

## 28) PROPOSTA DE PROJETOS PARA GESTÃO PÚBLICA

As propostas de projetos têm por objetivo desenvolver, trabalhos aplicados a partir de uma demanda específica da área em que esteja lotado o gestor, que tenham por meta a implantação futura de metodologias e ferramentas de Gestão, nas diversas instâncias da administração do Estado.

### Bibliografia:

- PEIXE, B.C.S., et al (Org). Formulação e Gestão de Políticas Públicas no Paraná: reflexões, experiências e contribuições. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2010 – v.1 e 2.
- PEIXE, B.C.S. et AL (Org.). Gestão de Políticas públicas no Paraná: coletânea de estudos. Curitiba: Ed. Progressiva, 2008 v.01.
- PEIXE, B.C.S et.al.(Org). Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos. Curitiba: Ed. Progressiva, 2008. V01.





PEIXE, B.C.S et.al.(Org). Políticas Públicas no Estado do Paraná: Resumos de propostas e projetos. Cascavel: Edunioeste, 2010. V01.

### 29) POLÍTICA ECONÔMICA CONTEMPORÂNEA

Os objetivos clássicos da política econômica. Medindo crescimento: entendendo o cálculo do PIB. Medindo a variação de preços: entendendo a inflação. Os instrumentos da política econômica: instrumentos fiscais, instrumentos monetários, instrumentos cambiais e controles diretos. Os desequilíbrios da década de 1980. Os Planos Heterodoxos. O Plano Real e o primeiro mandato de FHC: estabilidade com desequilíbrio. O segundo mandato FHC: mudança de regime e o estabelecimento do tripé de política econômica. O primeiro mandato do Governo Lula: rompendo com a ruptura. O segundo mandato do Governo Lula: Mudança de regime e o estabelecimento do tripé de política econômica. O Governo Dilma Rouseff: Desafios e contradições.

#### Bibliografia:

- FACHADA, Pedro. Inflation Targeting in Brazil: Reviewing Two Years of Monetary Policy 1999/00. Working Paper Series 25, Banco Central do Brasil, ago. 2001
- GIAMBIAGI, Fabio. Do déficit de metas às metas de déficit: a política fiscal do governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002. Textos para Discussão 93, BNDES, abril 2002
- GIAMBIAGI, Fabio. A política fiscal do governo Lula em perspectiva histórica: qual é o limite para o aumento do gasto público? Planejamento e políticas públicas, n. 27, jun./dez. 2004 p. 5 – 60
- GIAMBIAGI, Fabio ; VILLELA, André ; BARROS DE CASTRO, Lavinia; HERMANN, Jennifer. São Paulo : Elsevier, 296p.
- LEITÃO, Mirian. A Saga brasileira: A longa luta de um povo por sua moeda. São Paulo : Record, 476p.
- OLIVEIRA, Gesner ; TUROLLA, Frederico. Política econômica do segundo governo FHC: mudança em condições adversas. Tempo Social, v. 15, n. 2 novembro 2003 p. 195-217
- OREIRO, J. L. ; DEZORDI, L. L. Uma avaliação da política macroeconômica do Governo Lula I. Economia & Tecnologia, v. 7, out-dez 2006 p. 17-30
- ROSSETTI, J. Paschoal. Política e programação econômicas. 7.ed. São Paulo :Atlas, 1987 349p
- WERNECK, Rogério L. F. A deterioração do regime fiscal no segundo mandato de Lula e seus desdobramentos. Texto para Discussão 587. Outubro 2010

### 30) LICITAÇÃO

Conceito e fundamento legal; Princípios aplicáveis; Modalidades de licitação; Peculiaridades das modalidades tradicionais e modalidade pregão; Escolha da modalidade; Procedimento da licitação: modalidades tradicionais e modalidade pregão; Fase interna e fase externa; Peculiaridades do instrumento convocatório: carta-convite e edital; A Lei Complementar nº 123/2006; Tipos de licitação; Sistema de registro de preços; Saneamento de falhas; Contratação direta: dispensa e inexigibilidade de licitação; Formalização do procedimento administrativo na contratação direta; Anulação e revogação da licitação; Recursos administrativos.

#### Bibliografia:

- \_\_\_\_\_. **Lei Nº 10.520, de 17 de julho de 2002.** Institui a modalidade pregão para licitações. Diário oficial [da] República
- \_\_\_\_\_. **Licitação e contrato administrativo.** 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BRASIL. **Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993.** Institui normas para licitações e contratos



na administração pública. .

CRETELLA JUNIOR, J. **Das licitações públicas**. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 1993.

Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2002.

JUSTEN FILHO, M. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. São Paulo: Dialética, 2010.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo brasileiro**. 31.ed, São Paulo: Malheiros, 2005.

NOBREGA, A. R. **Questões relevantes nas licitações públicas**. Brasília: Fortium, 2005.

### 31) ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira: Fase da Execução do Orçamento: empenho, liquidação e pagamento. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

#### Bibliografia:

BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, Nuria C. (Org.). *O público não-estatal na reforma do Estado*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

GIACOMONI, J. *Orçamento público*. 11 ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

MISHAN, E. J. *Elementos de análise de custos e benefícios*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MUSGRAVE, R; MUSGRAVE, P B. *Finanças públicas: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

OSBORNE, D; GAEBLER, T. *Reinventando o governo: como o espírito empreendedor está transformando o setor público*. 2. ed. Brasília: M.H. Comunicação, 1994.

PYHRR, P A. *Orçamento base zero*. Rio de Janeiro: Interciência; São Paulo: Edusp, 1981..

### 32) AUDITORIA E CONTROLADORIA NO SETOR PÚBLICO

Proibidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO,LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

#### Bibliografia:

CASTRO, Róbison Gonçalves de; LIMA, Diana Vaz de. *Fundamentos de auditoria governamental e empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003. CRUZ, Flávio da. *Auditoria Governamental*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003.

NAKAGAWA, Masayuki, *Introdução à Controladoria*, São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVEZE, Clóvis Luis, *Controladoria Estratégica e Operacional*, São Pau:Thomson, 2003.

SHANK, J. K. & GOVINDARAJAN, V. *Gestão Estratégica de Custos*. RJ: Campus, 1995.

### 33) LIBRAS



A compreensão histórica das comunidades surdas e de sua produção cultural. Bilingüismo e educação de surdos: diretrizes legais e político-pedagógicas. Aspectos lingüísticos da língua de sinais brasileiras: teoria e prática.

**Bibliografia:**

- BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Deficiência Auditiva**. Brasília: SE-ESP, 1997.
- BRITO, L. F. **Por uma gramática de língua de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- C. (org.) **Atualidade da educação bilingüe para surdos**, Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999.p.59-81. Campinas: UNICAMP, 1998.
- exclusão**. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997..
- FERNANDES, S.É possível ser surdo em Português? Língua de sinais e escrita: em busca de uma aproximação. In: SKLIAR, GESUELI, Z. M. **A criança surda e o conhecimento construído na interlocução em língua de sinais**. Tese de doutorado.
- MOURA, M. C. de. **O surdo**: Caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997\*
- QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua Brasileira de Sinais**: Estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004
- SACKS, O. **Vendo vozes**: Uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**34) ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS – CERIMONIAL, PROTOCOLO E ETIQUETA**

Organização de Eventos: importância, tipologia, planejamento, captação, organização e direção/gestão de eventos. Elaboração de projetos e execução de planos de eventos estratégicos e operacionais. Elaboração de mailing list. Logística e promoção. Cerimonial, protocolo e etiqueta: funções estratégica, tática e operacional dos eventos, cumprimento de normas, regras, decretos, leis e as infinitas formas de representação simbólica da linguagem verbal e não verbal que devem ser observadas nas cerimônias.

**Bibliografia:**

- BRITO, Janaina e Nena Fontes. **Estratégia para eventos - uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.
- FREITAS, Maria Iris Teixeira de. **Cerimonial e Etiqueta: ritual das recepções**, Belo Horizonte, UNA Editoria, 2002.
- LUZ, Ofenka Ramalho. **Cerimonial, protocolo e etiqueta - introdução ao cerimonial do Mercosul: Argentina e Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- MARTIN, Vanessa. **Manual prático de eventos**. São paulo: Atlas, 2003
- WATT, David C. **Gestão de Eventos em Lazer e Turismo**. Porto Alegre: Bookman, 2004
- Elétrônicas:
- [www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil) - DECRETO N 70.274, de 9 de março de 1972.
- [www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil) Lei n° 5.700, de 1° de setembro de 1971 - Presidência da República

### 35) TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Baseado nos conceitos, metodologias e práticas discutidas durante o Curso, esta disciplina têm por objetivo desenvolver propostas de projetos, aplicados a realidade da gestão pública do Estado do Paraná, que tenham por meta a implantação futura de metodologias e ferramentas de Gestão, nas diversas instâncias da administração do Estado. Essas propostas de projetos serão elaboradas por alunos, e desenvolvidas sob orientação permanente dos professores coordenadores dessa disciplina. Apresentado formalmente ao final do Curso, para uma banca examinadora, sendo a principal avaliação do desempenho dos alunos.

**Bibliografia: a ser definida pelos orientadores e orientandos**

### 3.3 INTEGRAÇÃO GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO

A Instituição oferta cursos na mesma modalidade EaD na pós graduação lato senso que permitem maior aperfeiçoamento e aprofundamento da área para continuidade do acadêmico que assim o desejar.

**3.4 MATRIZ CURRICULAR** - (respeitar o formato para núcleos temáticos, eixos curriculares ou áreas de conhecimento e/ou respeitando as DCNs e ainda ao modelo fornecido pela PROGRAD/DIVEN).

**MODELO - anexo II**

### 3.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (MONOGRAFIA, VIDEOS, ENSAIOS, PRODUÇÃO DE MATERIAL, ARTÍSTICA, MUSICAL, RELATÓRIOS CIENTÍFICOS, ENTRE OUTROS)

O Trabalho de Conclusão de Curso, totalizando 120 horas, baseado nos conceitos, metodologias e práticas discutidas durante o curso, o referido TCC tem:

- A dimensão de interdisciplinaridade, ainda que dentro do campo de estudos da Gestão Pública;
- A aproximação da atividade profissional aos estudos acadêmicos, visando a futura atuação profissional no contexto das organizações públicas no Estado do Paraná;
- A oportunidade de aprofundar o relacionamento dinâmico teoria/prática desenvolvido ao longo dos estudos do curso;
- A introdução à vivência profissional, em campo de gestão pública e em verdadeiro ambiente de trabalho e atividade social neste ambiente.

O Trabalho de Conclusão de **CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA**, a ser realizado pelos alunos visando à abordagem da capacita-





ção descritiva, analítica e crítica, tem como características:

- I. A ação da pesquisa caracterizada na revisão teórica que deva fundamentar o objeto de investigação do aluno;
- II. As ações de diagnóstico, descrição e interpretação de situações, objeto do trabalho proposto, que serão consubstanciadas em relatório de TCC e apresentadas em formato de artigo.

### 3.5.1 CARGA HORÁRIA DE SUPERVISÃO DO OTCC

SEMESTRE	CURRÍCULO VIGENTE	PREVISÃO
3º.	60	60

## 4 - CORPO DOCENTE

### 4.1 Professor Formador

ITEM	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DO CONHECIMENTO DA TITULAÇÃO MÁXIMA	LINK PARA O CURRÍCULO LATTES (CNPQ)
1	Alex Sander Souza do Carmo	Doutor	Desenvolvimento Econômico	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/5354078737715477">http://lattes.cnpq.br/5354078737715477</a>
2	Augusta Pellinski Rathier	Doutora	Desenvolvimento Regional	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/2807884379340559">http://lattes.cnpq.br/2807884379340559</a>
3	Cárliton Vieira dos Santos	Doutor	Economia Aplicada	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/0697108790444216">http://lattes.cnpq.br/0697108790444216</a>
4	Cleise Maria de Almeida Tupich Hilgemberg	Doutora	Economia Aplicada	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/4222943636207628">http://lattes.cnpq.br/4222943636207628</a>
5	Emerson Martins Hilgemberg	Doutor	Economia Aplicada	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/8313635307105560">http://lattes.cnpq.br/8313635307105560</a>
6	Jeferson Carraro	Mestre	Integração Latino Americana	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/6304105459313581">http://lattes.cnpq.br/6304105459313581</a>
8	Michel Jorge Samaha	Doutorando	Ciências Sociais Aplicadas	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/9656937214343134">http://lattes.cnpq.br/9656937214343134</a>
9	Paulo Roberto Godoy	Mestre	Economia Industrial	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/3882293530033175">http://lattes.cnpq.br/3882293530033175</a>



10	Renato Alves de Oliveira	Doutor	Economia Aplicada	CV: <a href="http://lattes.cnpq.br/6369728711957650">http://lattes.cnpq.br/6369728711957650</a>
11	Adriana Gressielly Fabrini Diniz	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/2302891923201822">http://lattes.cnpq.br/2302891923201822</a>
12	Carlos Ubiratan da Costa Schier	Doutorado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/7694038830640167">http://lattes.cnpq.br/7694038830640167</a>
13	Carolina Scalise Taques Fonseca Schlumberger	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/0315847847144479">http://lattes.cnpq.br/0315847847144479</a>
14	César Eduardo Abud Llimas	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/3688856471393430">http://lattes.cnpq.br/3688856471393430</a>
15	Eliane de Fátima Rauski	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/3069417421152500">http://lattes.cnpq.br/3069417421152500</a>
16	Gislaine Martinelli Baniski	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/2203579803150674">http://lattes.cnpq.br/2203579803150674</a>
17	Juvancir da Silva	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/2547562131527998">http://lattes.cnpq.br/2547562131527998</a>
18	Lívio Marcel Queji	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/0414227511020931">http://lattes.cnpq.br/0414227511020931</a>
19	Luiz Laertes de Freitas	Doutorado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/5564763763138349">http://lattes.cnpq.br/5564763763138349</a>
20	Marilisa do Rocio Oliveira	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/2507329619723035">http://lattes.cnpq.br/2507329619723035</a>
21	Osvaldo Malta Callegari	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/4121518602530752">http://lattes.cnpq.br/4121518602530752</a>
22	Rosemary Aparecida Martins Roberto	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/2855122391048136">http://lattes.cnpq.br/2855122391048136</a>
23	Rubia Carla Maier	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/4107303288301303">http://lattes.cnpq.br/4107303288301303</a>
24	Silas Guimarães Moro	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/0975314192296642">http://lattes.cnpq.br/0975314192296642</a>
25	Sirlei Moletta	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/1521800485229829">http://lattes.cnpq.br/1521800485229829</a>
26	Taciana Cordazzo	Mestrado	Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/4168038174436722">http://lattes.cnpq.br/4168038174436722</a>
27	Marta Lúcia Schaedler	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/9667036816705190">http://lattes.cnpq.br/9667036816705190</a>
28	Jocimar Donizeti do Prado	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/4513131043686238">http://lattes.cnpq.br/4513131043686238</a>
29	Rosaly Machado	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/7067557400395322">http://lattes.cnpq.br/7067557400395322</a>
30	Eliane Iara Bendix	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/8300347299303190">http://lattes.cnpq.br/8300347299303190</a>





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
DIVISÃO DE ENSINO



31	Rita Mara Leite	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/4098864908703936">http://lattes.cnpq.br/4098864908703936</a>
32	Everaldo da Silva	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/1842297079542363">http://lattes.cnpq.br/1842297079542363</a>
33	Edson Miguel Zedebski	Mestrado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/8572659839999511">http://lattes.cnpq.br/8572659839999511</a>
34	Nelma Terezinha Zubek Valente	Doutorado	Ciências Contábeis	<a href="http://lattes.cnpq.br/4342975610560538">http://lattes.cnpq.br/4342975610560538</a>
35	Luiz Fernando de Souza	Doutorado	Turismo	<a href="http://lattes.cnpq.br/8680324888001369">http://lattes.cnpq.br/8680324888001369</a>
36	Jasmine Cardozo Moreira	Doutorado	Turismo	<a href="http://lattes.cnpq.br/4244565636923524">http://lattes.cnpq.br/4244565636923524</a>
37	Maria Salete Marcon Gomes Vaz	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/2266103198034845">http://lattes.cnpq.br/2266103198034845</a>
38	Marcio Augusto de Souza	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/0924449839869593">http://lattes.cnpq.br/0924449839869593</a>
39	Luciano José Senger	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/6880696447532558">http://lattes.cnpq.br/6880696447532558</a>
40	José Carlos Ferreira da Rocha	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/3945991870627440">http://lattes.cnpq.br/3945991870627440</a>
41	Marcio Augusto de Souza	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/0924449839869593">http://lattes.cnpq.br/0924449839869593</a>
42	Mônica Cristine Scherer Vaz	Mestrado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/9007114034667637">http://lattes.cnpq.br/9007114034667637</a>
43	Rosane Falate	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/9171690007212041">http://lattes.cnpq.br/9171690007212041</a>
44	Luciano Mathias Doll	Mestrado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/5047982773400897">http://lattes.cnpq.br/5047982773400897</a>
45	Frederico Guilherme de Paula Ferreira Lelo	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/0831771396099801">http://lattes.cnpq.br/0831771396099801</a>
46	Ivo Mario Mathias	Doutorado	Informática	<a href="http://lattes.cnpq.br/2185858940513067">http://lattes.cnpq.br/2185858940513067</a>
47	Angela Maria Oliveira	Mestrado	Bibliotecária	<a href="http://lattes.cnpq.br/7122428138572419">http://lattes.cnpq.br/7122428138572419</a>
48	Joseani Maria Ferro	Mestrado	Bibliotecária	<a href="http://lattes.cnpq.br/6765095809067783">http://lattes.cnpq.br/6765095809067783</a>
49	Marcelo Alves da Silva	Mestrado	Direito	<a href="http://lattes.cnpq.br/4258261950589943">http://lattes.cnpq.br/4258261950589943</a>
50	Herminia	Mestrado	Educação	<a href="http://lattes.cnpq.br/1398155381232362">http://lattes.cnpq.br/1398155381232362</a>

Regina Bu- geste Mari- nho			
----------------------------------	--	--	--

4.2 Tutores a distância (para cada 20 alunos – 1 tutor)

1º. Polo	A definir			
2º. Polo	A definir			
3º. Polo	A definir			
4º. Polo	A definir			

#### 4.3 Tutores Presenciais:

Serão necessários para o desenvolvimento das atividades de um (01) tutor para cada pólo em que haja oferta do curso.

#### 4.4 OUTRAS INFORMAÇÕES (necessárias e complementares à formação acadêmica)

O CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA na modalidade a distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:

- O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar "a distância";
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina do curso, na plataforma virtual de aprendizagem;
- Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de "tutoria", função ocupada por um professor do curso de Administração Pública. Quanto às funções específicas dos "tutores presenciais" e dos "tutores a distância", dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Para este curso haverá somente reprodução de material fornecido pela UAB.

### 5 - RECURSOS MATERIAIS

#### 5.1 Necessidade de recursos materiais e equipamentos para IMPLANTA-





ÇÃO/ALTERAÇÃO do curso face aos recursos existentes.

ATUAL	PREVISÃO	ANO
NUTEAD		2015

#### 5.2 LABORATÓRIOS / SALAS DE AULA / SALAS ESPECIAIS

ATUAL	PREVISÃO	ANO
NUTEAD		2015

#### 5.3 BIBLIOTECA (S) - PREVISÃO DE NÚMERO DE TÍTULOS, DE EXEMPLARES E DE PERIÓDICOS PARA IMPLANTAÇÃO/ALTERAÇÃO DO CURSO.

O material utilizado para o desenvolvimento do curso será elaborado pelo grupo de professores participantes e postados na plataforma para os alunos.

#### 5.4 OUTROS

**Apresentar em anexo:**

- Ata de reunião dos Departamentos envolvidos com a nova grade curricular. **ANEXO III**
- Grade de equivalência de todas as disciplinas do currículo atual para o novo, com código e carga horária. **ANEXO IV**

Ponta Grossa, de de

Profa. Dra. Cleise M.A. Tupich Hilgemberg  
Responsável pela Proposta

Profa. MSc. Marilisa do Rocio Oliveira  
COORDENADOR(A) DO CURSO